

US\$ 10,6 bilhões, teto da captação de empréstimo

O Conselho Monetário Nacional aprovou, em sua reunião de ontem, a "Programação do Setor Externo em 1983", estimando um superávit comercial de US\$ 6 bilhões, com exportações de US\$ 23 bilhões e importações de US\$ 17 bilhões; um déficit de US\$ 12,9 bilhões na conta de serviços, com o pagamento de US\$ 9,1 bilhões de juros e um resultado negativo em transações correntes (resultado da balança comercial e de serviços) de US\$ 6,9 bilhões.

Em consequência do superávit comercial, os empréstimos em moeda estão estimados em US\$ 10,6 bilhões, contra a previsão de US\$ 17 bilhões este ano e as amortizações, US\$ 7,2 bilhões. Com o déficit em transações correntes de US\$ 6,9 bilhões e as amortizações de US\$ 7,2 bilhões, as necessidades de recursos em 1983 somarão US\$ 14,1 bilhões, que serão assim supridas: US\$ 1,5 bilhão de investimentos diretos; US\$ 2 bilhões de financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e "supplier's credits" e US\$ 10,6 bilhões de empréstimos em moeda e outros capitais.

O documento estima também que a dívida pública crescerá da previsão de US\$ 72,2 bilhões no final deste ano, para US\$ 78,6 bilhões em dezembro de 1983, com as reservas mantendo-se no nível de US\$ 7,1 bilhões este ano e no próximo. A relação dívida líquida/exportações, que foi de 2,31 o ano passado, está prevista para 3,1 este ano e no próximo.

MUDANÇA

Conforme observa o documento de 20 laudas, "há uma importante mudança de enfoque na programação externa para 1983, como consequência direta da alteração nas condições de acesso ao mercado financeiro internacional: nos anos anteriores, partia-se de metas de exportação para determinar o saldo provável da balança comercial, que, por sua vez, iria definir o nível do déficit em contacorrente, chegando, de forma residual, ao volume necessário de empréstimos em moeda".

A situação, agora, inverteu-se, pois "trata-se de conciliar o volume disponível de empréstimos em moeda, estimado em função do acréscimo fatível de *exposure* (limite) dos bancos internacionais junto ao Brasil, com o nível máximo do déficit em contacorrente em condições de ser financiado, determinando-se assim o superávit mínimo necessário da balança comercial".

O documento afirma que, "ao contrário dos outros anos", o superávit comercial será assegurado muito mais pela contenção das importações, pretendendo-se uma economia de US\$ 1,1

bilhão nos gastos com petróleo, um corte de 29% nas importações do setor público e de 21% nas importações do setor privado.

É anunciado também "um importante processo de profundas mudanças estruturais, na medida em que as prioridades setoriais de investimento convirjam para a ampliação da fronteira agrícola e mineral, para novos projetos de exportação e para a consolidação do esforço de diversificação das fontes de energia".

Será mantido o "realismo nas políticas de taxas de juros, correção monetária e, especialmente, na política cambial", embora "o exercício admita que poderá ocorrer uma queda nas taxas de juros no mercado doméstico, em termos reais, em função do comportamento mais favorável das taxas do mercado internacional e da substancial redução do déficit do setor público", que cairia de 2,5% do PIB em 1983 para 1,5% em 1984, depois de ter alcançado, conforme previsões oficiais, 5,7% este ano.

O governo promete dar continuidade ao conjunto das políticas fiscal e monetária, "que deverão contribuir para a sensível desaceleração do processo inflacionário, tendo impacto adicional positivo, ainda que de forma indireta, sobre as contas externas, por meio da redução do excesso de demanda agregada".

EM 1984 E DEPOIS

De acordo com o documento, esse programa de ajustamento "deverá ter continuidade ao longo de 1984 e estender-se também aos anos posteriores". De fato, em sua parte final, embora reconhecendo tratar-se de cifras "necessariamente preliminares", o documento arrisca algumas projeções para 1984: exportações de US\$ 26 bilhões e importações de US\$ 18 bilhões, com um superávit comercial de US\$ 8 bilhões; taxa média da "Libor" de 9%, contra a estimativa de 10% em 1983; desembolsos líquidos de US\$ 8,8 bilhões para o pagamento de juros; déficit de US\$ 5 bilhões em transações correntes, e fluxo de créditos em moeda de US\$ 8 bilhões.

Com esses números, espera o governo que o aumento do *exposure* (limite junto a bancos internacionais crescerá apenas 5% em 1984; a dívida externa evoluirá 4% e os coeficientes "dívida líquida/exportações" e "serviço da dívida/exportações", cairão respectivamente para 2,9 e 0,63, contra 3,1 e 0,71 previstos para 1983. O documento sugere que, "completado o ciclo de reajustamento, será reduzida, significativamente, a atual dependência da economia brasileira em relação aos mercados financeiros internacionais".

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ bilhão)

Discriminação	1981	1982	1983
I - Balança Comercial (FOB)	1,2	0,5	6,0
Exportações	23,3	21,0	23,0
Produtos Primários	9,6	9,3	10,5
Produtos Industrializados	13,7	11,7	12,5
Importações	22,1	20,5	17,0
Petróleo Bruto	10,6	10,1	9,0
Demais Importações	11,5	10,4	8,0
II - Serviços (exclusive reinvestimentos)	-12,4	-14,5	-12,9
Juros (líquido)	-9,2	-10,7	-9,1
Demais (líquidos)	-3,2	-3,8	-3,8
III - Transferências Unilaterais	0,2	0,0	0,0
IV - Transações Correntes	-11,0	-14,0	-6,9
V - Movimento de Capitais	-11,6	-13,6	-6,9
Investimentos Líquidos (excl. reinvestimentos)	1,6	1,5	1,5
Financiamento de organismos internacionais, agências governamentais e "suppliers"	2,4	2,5	2,0
Empréstimos em moeda e outros capitais	15,3	17,0	10,6
Amortizações	-7,7	-7,4	-7,2
IV - Superávit ou Déficit	-0,6	-0,4	0,0